

POLÍTICA

APURAÇÃO

Investigadores procuram destino do restante do dinheiro público do Instituto Candango de Solidariedade. Devassa feita nas contas do ICS por integrantes de força-tarefa indicou irregularidades

Atrás de desvios de R\$ 1 bilhão

AMAURY RIBEIRO JR. E
FERNANDA ODILLA

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma devassa realizada por auditores da Receita Federal e de outros órgãos do governo federal na contabilidade do Instituto Candango de Solidariedade (ICS) indica que a entidade filantrópica pode ter desviado nos últimos três anos quase R\$ 1 bilhão de recursos repassados pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e pelo Ministério da Saúde. Investigação de força-tarefa da Receita Federal, Ministério Público e Polícia Federal indicou que R\$ 26 milhões de recursos públicos foram parar na conta de empresas ligadas ao ex-presidente da entidade, Ronan Batista de Souza, e do atual, Lázaro Severo Rocha, conforme revelou o *Correio* na edição de domingo.

Numa segunda fase de investigação, os auditores procuram agora o destino final do restante da bolada de recursos públicos que teve o destino modificado e ficou com dirigentes da institui-

ção. “Os R\$ 26 milhões que encontramos é apenas uma migalha em relação ao montante de recursos desviados”, disse uma fonte ligada às investigações.

Diante dos fortes indícios de desvio de recursos públicos, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal adverte: “As irregularidades dos contratos de gestão, firmados com o ICS (Instituto Candango de Solidariedade), bem como as falhas e os desvirtuamentos constatados na execução do objeto contratual, são capazes de influenciar a regularidade das contas do governo”. O alerta de que os contratos com o ICS podem comprometer a prestação de contas do GDF está no relatório analítico e parecer prévio sobre os gastos do Executivo, referente a 2005, relatado pela conselheira do Tribunal de Contas do DF Marli Vinhadeli.

Em seis páginas, são listados 82 contratos sob suspeita do ICS com diferentes órgãos do GDF e identificados desvios como a falta de acompanhamento de execução, a contratação de mão-de-obra sem concurso público e a

Wanderlei Pozzembom/CB - 18/12/02



SEDE DO ICS, NO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO (SIA): ADVERTÊNCIA SOBRE RISCOS DE INFLUENCIAR REGULARIDADE NAS CONTAS DO GDF

previsão de serviços sem estudo de viabilidade econômica. “As apurações existentes permitem concluir pela irregularidade da execução”, atesta o relatório.

Funcionários

A contratação de funcionários para atuarem em diferentes órgãos públicos é, para o MP, um dos pontos mais problemáticos dos negócios firmados entre o ICS e o GDF. “Essas pessoas são

colocadas, às vezes, em situações até vexatórias, acumuladas em locais onde não têm o que fazer, apenas para justificar esse gasto mensal absurdo”, revelou a promotora de Justiça Alessandra Elias Queiroga, em junho do ano passado.

Em dezembro de 2005, mais de 90% dos funcionários das administrações regionais não eram servidores concursados do GDF. No final do ano passado, mais de

3,2 mil trabalhadores — 42,49% — tinham contrato com o ICS, mas estavam lotados nas administrações das cidades satélites, ocupando funções que deveriam ser de concursados. Tal constatação foi classificada no relatório como uma “flagrante burla ao instituto do concurso público”.

O GDF, por meio de nota, esclarece que todo contrato firmado com o instituto tem um executor para fiscalizá-lo. Diz ainda

que, até hoje, a Justiça nunca condenou o ICS e, por isso, não pode cortar os contratos. E reforça que as suspeitas de desvio de verbas, publicadas pelo *Correio* na edição de domingo, não atingem o governo. “Se houve desvio, foi dos recursos do ICS. Depois que o GDF repassa os recursos para a execução dos contratos, esse dinheiro não é mais do governo”, afirma o secretário de Governo, Benjamin Roriz.

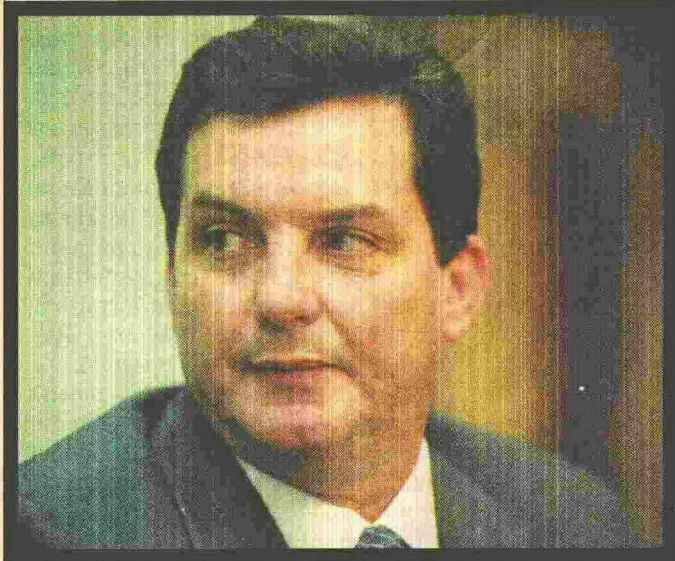
Contratos suspeitos

Ao tentar aliviar demandas da administração pública terceirizando serviços com contratos a partir do Instituto Candango de Solidariedade, o Governo do Distrito Federal (GDF) pode estar financiando um esquema bilionário de corrupção. Além dos indícios de enriquecimento ilícito de dirigentes do ICS, a força-tarefa, criada para investigar a instituição, está em busca de contratos superfaturados.

Um dos principais alvos da investigação são os contratos de locação de veículos e de equipamentos de informática. “Não existe nenhuma demonstração efetiva de que é feito um controle do preço de mercado. Muito pelo contrário: suspeitamos que esses serviços são quase todos superfaturados”, observa um dos integrantes da força-tarefa. Com um simples telefonema, explica esse responsável pela investigação, é possível comprovar que, muitas vezes, um carro é alugado pelo instituto quase pelo dobro do preço praticado no mercado. A força-tarefa descobriu, à disposição da Secretaria de Solidariedade, um Toyota Corolla, alugado por R\$ 3.357 mensais.

Os contratos para aluguel de veículos incluem mais de 400 carros, locados em nome do ICS para atender diferentes órgãos do governo, de acordo com as investigações. “Ficamos imaginando quantas frotas o Distrito Federal já não poderia ter adquirido em vez de pagar aluguéis”, observou a promotora de Justiça Alessandra Elias Queiroga, durante audiência pública na Câmara Legislativa, no ano passado.

José Varella/CB



EM CARTA, RONAN, EX-PRESIDENTE DO ICS, NEGA AS ACUSAÇÕES

Justificativa e multa

O advogado Robson Neves Fiel dos Santos confirmou ontem que sonogou R\$ 3,6 milhões referentes a honorários que recebeu do Instituto Candango de Solidariedade, presidido na época por seu cunhado Ronan Batista de Souza. O advogado disse que foi multado pela Receita Federal em R\$ 872 mil e que parcelou a dívida em 60 vezes. “Recebi porque trabalhei. Não declarei por uma orientação errada de minha contadora”, justificou, dizendo que nunca repassou parte desse valor ao cunhado.

Robson explicou que, antes de seu escritório — o Neves Barbosa Advogados — ser contratado pelo ICS, ele fazia parte do quadro de funcionários da entidade. Segundo Robson, a sobrecarga de trabalho e a baixa remuneração o levaram a sair do instituto, que acabou contratando seu escritório para representar o ICS judicialmente. “Em cinco dias úteis, consegui liberar R\$ 52 milhões do ICS”, recorda, dizendo que, pelo trabalho, deveria receber 10% do valor liberado. Mas acabou concordando em ganhar R\$ 3,6 milhões entre 2003 e 2004. “Não me pagaram à vista”, completa.

Para o advogado, o Ministério Público nunca conseguiu provar as denúncias contra o ICS, tampouco as acusações contra seus clientes Lázaro Severo e Ronan Batista de Souza. Em carta ao *Correio*, Ronan, ex-presidente da entidade, também negou as acusações de que teria desviado recursos da entidade e enriquecido ilícitamente. Ele esclarece que desde abril de 2004 não tem nenhuma relação com o ICS. Ronan disse que a casa onde mora com família no Lago Sul, desde de 2005, está em nome da R3 Construções Ltda. A empresa, com sede em Goiânia, está em nome de Ronan e de seu filho Rony desde 2002.

Ele explicou ainda que adquiriu sua chácara em Brazlândia e a fazenda em Goiás bem antes de ser presidente do ICS. “Quando adquiridas, chácara e fazenda, eram simples pedaços de terra, com valor ínfimo, nas quais fui realizando pequenas benfeitorias no decorrer dos anos.” Entre as benfeitorias está um pequeno balneário, com cascata e tirolesa, na fazenda, e uma completa área de esporte e lazer, na chácara, onde Ronan costuma receber os amigos e vizinhos nos finais de semana.